

A Divisão Internacional do Trabalho no Campo Socialista: Mito, Realidade e o Papel do COMECON

*Eduardo Tomankiewicz Secchi
Rodrigo Fuhr¹*

RESUMO: Este artigo trata sobre como se deu a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) dentro do Bloco Socialista e dentro da própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Muito se questiona sobre qual fora o papel da URSS no planejamento da economia do Campo Socialista e qual era a autonomia garantida aos outros Estados no seu desenvolvimento econômico. Organizada de forma diferente da Divisão Capitalista, a DIT Socialista era mais horizontalizada e garantia um determinado grau de liberdade para os Estados menores. O COMECON exercera um significativo papel na estruturação dessa Divisão, principalmente devido à necessidade de consenso em suas decisões, o que fornecia uma maior autonomia aos Estados do Bloco.

PALAVRAS-CHAVE: Divisão do Trabalho; COMECON; União Soviética; Integração Econômica.

¹ Graduandos do sexto semestre do curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: eduardotsecchi@hotmail.com; rodrigofuhr@gmail.com.

1 Introdução

A estruturação do Bloco Socialista é tradicionalmente tida como um processo unilateral, tendo a União Soviética imposto um modelo de sociedade aos países que, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, foram ocupados durante a ofensiva contra o Eixo. Tais modelos sociais seriam uma cópia da sociedade soviética e estariam sob comando de Moscou, reproduzindo seus vícios, discursos e sua divisão social.

No presente trabalho busca-se analisar o modelo de estruturação produtiva do Bloco Socialista, focando primeiramente no modelo econômico interno da União Soviética e posteriormente no papel que o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) teve no desenvolvimento de tal estruturação. Será analisada a interação entre os países do Bloco Socialista dentro do COMECON e nos acordos bilaterais sobre investimentos e ajuda econômica, visando entender como se deu o processo de integração econômica promovido dentro do Bloco. Procura-se também estruturar uma avaliação sobre o processo de Divisão Internacional do Trabalho (DIT) dentre os países examinados, tanto intra quanto extra Bloco.

A hipótese do presente artigo é de que houve uma Divisão Internacional do Trabalho dentro do Bloco Socialista qualitativamente diferente da DIT no mundo capitalista. Enquanto a segunda era caracterizada por uma distinta segmentação entre um grupo de países ricos e industrializados (o denominado centro capitalista) e sua periferia (composta por países dependentes do setor agrícola-extrativista), a economia socialista era caracterizada por uma divisão horizontalizada das atividades produtivas, com espaços para a industrialização e o desenvolvimento de todos os países componentes do Bloco. Como metodologia, foi utilizada uma ampla revisão bibliográfica relativa à URSS, ao Bloco Socialista durante a Guerra Fria e ao COMECON, além de uma análise empírica de dados sobre as economias dos Estados da região.

O artigo divide-se em quatro partes além desta introdução. Inicia-se com uma rápida apresentação da estruturação da economia soviética (2), focando na atuação do Comitê Central de Planejamento (o GOSPLAN) e do Comitê de Distribuição de Recursos (GOSSNAB). Em seguida será tratado da Divisão

Internacional do Trabalho dentro do Bloco Socialista (3), construída primeiramente na conceituação de DIT, seguido por uma análise da construção do Bloco Socialista e na função do COMECON nesse processo. Para exemplificar as análises teóricas, serão feitos dois estudos de caso que apresentaram dinâmicas parecidas em certos pontos e distintas em outros: o caso da Romênia (3.3) e o caso da Polônia (3.4). O texto será finalizado com uma conclusão contendo um apanhado da discussão e uma verificação da hipótese apresentada previamente (4).

2 A Divisão do Trabalho na Economia Soviética

Diferentemente de uma economia capitalista, em que as medidas estatais perpassam por um longo caminho até tomarem forma através da atuação de empresas privadas, no caso soviético os aspectos micro e macroeconômicos estão intimamente relacionados devido ao controle estatal das maiores empresas (NOVE, 1992). Portanto, enquanto a Divisão Nacional do Trabalho dentro de um país capitalista tende a se organizar através de uma lógica de livre mercado, baseado principalmente em vantagens comparativas e nas decisões individuais dos capitalistas, na economia soviética a Divisão tende a depender do planejamento central e das diretrizes macroeconômicas determinadas pelo governo (KOZLOV; LIFSHITS; KHAKIMOV, 1974).

O planejamento central tomou forma na URSS ainda nos anos de 1930, mantendo-se praticamente estável até o prenúncio da *Perestroika* nos anos 1980. Enquanto que a área agrícola mantinha algum grau de propriedade e produção privada, toda a produção advinda das indústrias pesadas foi estatizada no início dos anos 30. Para isso, o órgão denominado Comitê de Planejamento Estatal do Conselho de Ministros da União Soviética ou GOSPLAN detinha um forte protagonismo: seguindo as diretrizes do Partido, cabia ao GOSPLAN determinar planos de curto, médio e longo prazo que eram seguidos pelas empresas estatais (CARR, 1952). Contudo, as decisões não partiam do órgão e sim do próprio Partido; assim, os planos tomados tinham um caráter muito mais político² do

2 Julgamos que uma extensão na explicação do funcionamento de tomada de decisões econômicas dentro do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) não seria de caráter substancial para a explicação da Divisão do Trabalho dentro da URSS. Contudo, caso o leitor deseje se aprofundar na questão, recomenda-se Alec Nove (1992) e Angelo Segrillo (2000).

que produtivo, fugindo à lógica de produção capitalista. Stálin, ainda no início dos anos 1930, também coibiu a participação de lideranças partidárias no manejo e gerenciamento de empresas, gerando certo distanciamento entre as diretrizes políticas tomadas pelo partido e a realidade produtiva das empresas, corroborando ainda mais para que a Divisão do Trabalho dentro da URSS não seguisse uma lógica capitalista (SEGRILLO, 2000).

Essas medidas garantiram um amplo desenvolvimento tecnológico e industrial da União Soviética entre os anos 1930 e 1950. Focando os recursos e os interesses em áreas prioritárias para o desenvolvimento soviético, o PCUS pôde fugir da estagnação do crescimento da produção industrial³ comum nos países capitalistas (atingido quando a maximização dos ganhos do produtor impede que ele continue aumentando sua produção) e construir uma base industrial forte e localizada, conseguindo com isso subsídio para se fortalecer e fazer frente aos Estados Unidos no Sistema Internacional (CARR, 1953).

Outro órgão estatal também detinha um importante papel no planejamento interno da União Soviética. Enquanto que o GOSPLAN redigia e gerenciava os planos de curto, médio e longo prazo, cabia ao Comitê Estatal de Suprimento Material e Técnico da União Soviética, ou GOSSNAB, criar e gerenciar os planos de distribuições de recursos e suprimentos dentre os países e federações. Esses dois departamentos, então, atuavam seguindo as diretrizes do Partido, mas com algum grau de autonomia; a partir de suas decisões, determinava-se qual empresa receberia uma maior quantidade de recursos, qual república soviética seguiria um plano de maior produção em curto prazo e qual outro receberia um plano de desenvolvimento e produção em longo prazo (NOVE, 1992; SEGRILLO, 2000). Segundo Ioffe e Maggs (1987), por mais que a atuação do GOSPLAN e do GOSSNAB fosse dividida dessa forma, na prática suas ações se davam de forma concomitante e muitas vezes suas funções eram misturadas, com o GOSSNAB criando planos de curto e médio prazo para gerenciamento de recursos e com o GOSPLAN determinando certos parâmetros distributivos. Os dois órgãos seguiam, dentre diversas

³ Essas medidas ocasionavam alguns efeitos colaterais. Segundo Segrillo (2000), o foco em produção bruta no setor industrial ocasionava um desperdício de insumos e no uso de tecnologia ultrapassada em certos casos que, para adaptação, exigiria um período de queda na produção. Enquanto que até os anos 1950 esses problemas eram contornados pela necessidade rápida de industrialização, nos anos 1960 o acumulado desses efeitos ocasionou sérios problemas para a economia soviética.

diretrizes, a priorização da área de bens de produção à área de bens de consumo; a lógica básica para tais medidas se encontravam ainda em Marx, que afirmava que para obter um crescimento contínuo em uma economia planejada não poderia haver um estrangulamento entre diferentes departamentos – que seria obtido caso o setor de bens de consumo utilizasse mais recursos do que aqueles produzidos pelo próprio setor (SEGRILLO, 2000). Assim, uma maior quantidade de recursos era alocada para regiões e repúblicas com maior índice de desenvolvimento de indústrias pesadas, minando o desenvolvimento de indústrias leves e de bens de consumo (IOFFE; MAGGS, 1987).

Essas políticas de planejamento gerenciadas pela GOSPLAN e pela GOSSNAB ocasionavam o que Segrillo (2000) trata como “departamentalismo”. Para evitar a dependência entre setores e departamentos, e para combater os problemas de abastecimento interno, os ministérios e departamentos tendiam a se tornar o mais autossuficientes possível. Para tal, desintegravam-se da economia nacional e setorializavam-se dentro o seu próprio ministério, controlando todas as esferas de produção (da obtenção de insumos à distribuição). Isso acarretava altos custos à economia soviética, principalmente pela distribuição por longas distâncias de recursos de um mesmo setor, ao invés da distribuição a locais mais próximos, mas de setores diferentes. O departamentalismo também gerava problemas ao governo central pela dificuldade de gerenciamento do planejamento estatal soviético, visto as dificuldades de dinamizar localmente a produção intersetorial e a tendência a internalizar a produção nos departamentos e diminuir a influência da GOSPLAN (IOFFE; MAGGS, 1987; MORTIMER, 1991; NOVE, 1992; SEGRILLO, 2000). Somando-se a essa tendência, o aumento de custos pela autossuficiência dos departamentos e a falta de comunicação entre os ministérios dificultava o desenvolvimento de tecnologias avançadas que interligariam diferentes setores de produção “devido à ‘má vontade inercial’ com que frequentemente os ministérios aceitavam colaborar entre si”. (SEGRILLO, 2000, p. 77). Assim, a tendência ao “departamentalismo” estava intrinsecamente ligada à Divisão Nacional do Trabalho dentro da URSS.

Por fim, é válido citar o papel central da Rússia na Divisão interna soviética. Apesar da distribuição dos ministérios por todo o território da URSS, é possível

observar que algumas regiões se especializavam em determinados setores de produção. Esses eixos estratégicos eram determinados pelo PCUS e administrados pelos órgãos supracitados, estando tanto o GOSPLAN quanto o GOSSNAB sediados em Moscou. Enquanto a Ásia Central focava especialmente no fornecimento de matéria prima, os países bálticos se concentravam na produção de bens de consumo e países como Ucrânia e Bielorrússia focavam na indústria pesada, coube à Rússia o papel de centralizar a produção e processar os diferentes bens produzidos (IOFFE; MAGGS, 1987; MORTIMER, 1991; NOVE, 1992).

3 A Divisão Internacional do Trabalho no Bloco Socialista

Antes de se prosseguir com a análise, julgamos necessário conceituar o que será entendido, nesse artigo, como Divisão Internacional do Trabalho. Ainda nessa seção serão apresentados tanto o papel do COMECON na formulação da DIT socialista quanto a relação de dois países do Bloco com a Divisão, sendo o caso romeno o primeiro a ser apresentado, seguido pelo caso polonês.

3.1 O Conceito de Divisão Internacional do Trabalho

A denominação de Divisão do Trabalho recebeu na tradução para o Português uma carga de ambiguidade. Por um lado é tida como a divisão produtiva entre setores econômicos distintos, como por exemplo o setor industrial e o agrícola (OIT, 2017), mas também pode se referir ao processo de divisão de tarefas dentro do processo de integração econômica transnacional, como a construção de modelos específicos de automóveis e maquinário (COMECON, 1962; KOZLOV; LIFSHITS; KHAKIMOV, 1974).

O uso do termo Divisão Internacional do Trabalho foi evitado pelos países socialistas pelo caráter pejorativo que carregava quando aplicado ao mundo capitalista, onde uma minoria do centro do sistema explorava uma imensa periferia, estruturando uma divisão injusta de produção (ibidem). O termo cunhado e utilizado no campo socialista seria o de Divisão Socialista Internacional do Trabalho⁴, na qual todos os países alcançariam o desenvolvimento em um processo de integração

4 Em inglês: "The International Socialist Division of Labor" (COMECON, 1962, p.1).

econômica que “respeita as leis objetivas da economia e o desenvolvimento político do Bloco”. (COMECON, 1962, p.1).

Será utilizado para a análise feita a seguir o termo Divisão Internacional do Trabalho como apresentado pelos documentos da COMECON aqui expostos, na qual a DIT é vista como um processo natural de integração produtiva e desenvolvimento conjunto, sem delimitações setoriais – sendo essa uma das principais críticas feitas ao modelo do mundo capitalista. Em especial, será dado foco aos principais setores econômicos dos países socialistas sob a perspectiva de que a indústria pesada é o sustentáculo de uma economia moderna e de uma sociedade desenvolvida, sendo também representativo do nível de desenvolvimento econômico.

3.2 A Construção do Bloco Socialista

A ocupação soviética dos territórios que compõem a Europa Oriental é tida como o início da imposição do socialismo sobre as populações que habitavam a região. Excetuando-se o caso Iugoslavo, os demais países alegadamente não possuíam movimentos socialistas e fizeram pouco para erigir uma sociedade socialista, esta criada a partir de fora pelo Exército Vermelho (CURTIS, 1996).

A análise mencionada é permeada de preconceitos advindos do conflito ideológico da Guerra Fria e se faz presente até os dias atuais. O problema desta análise encontra-se na penumbra formada pelo argumento de que uma potência totalitária controla todos os seus satélites, não havendo espaço para a articulação política sem que a União Soviética se fizesse presente. O COMECON é tido como instrumento soviético de imposição de um modelo econômico, fato bastante controverso. Documentos do Comitê Central do Partido Comunista Romeno demonstram negociações prévias ao encontro de fundação do COMECON⁵ nas quais o secretário-geral do Partido Comunista Romeno, Gheorghe Gheorghiu-Dej, propõe ao Kremlin⁶ um curto rascunho que viria a ser proposto no encontro de fundação da entidade internacional (DRAGOMIR, 2014).

A Romênia é um dos principais exemplos de autonomia dentro do Bloco Socialista e foi, junto com a Tchecoslováquia, decisiva na construção e evolução

⁵ Tida como sendo em 25 de janeiro de 1949 quando da publicação da notícia no jornal Pravda de Moscou (DRAGOMIR, 2015).

⁶ Em viagem realizada em janeiro de 1949 (DRAGOMIR, 2015).

do COMECON com o passar do tempo, contrariando a União Soviética diversas vezes. Como mencionado por Bruno Jubran: “Com a abertura de informações de arquivos anteriormente não conhecidos, é possível reconhecer com uma boa dose de segurança que os pioneiros da ideia de criação do COMECON não foram os dirigentes soviéticos, mas a Romênia e a Tchecoslováquia”. (SHIKOMOV, 2013, apud JUBRAN, 2015, p.5). Ainda mais:

Ainda que em alguns momentos se buscou a formalização de instâncias de caráter supranacional, sobretudo por parte da própria União Soviética, a resistência de alguns países, sobretudo a Romênia, preveniu que o COMECON seguisse a trajetória da própria CEE [COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA], a qual, desde seus momentos iniciais, previu instituições com poder de decisão vinculante sobre os Estados. (JUBRAN, 2015, p.9)

3.2.1 O Papel do COMECON

O papel inicial do COMECON foi coordenar os esforços de cooperação econômica entre a União Soviética e os países da Europa Oriental, visando a construção de economias industrializadas, autossuficientes e modernas. Não se pode confundir a cooperação técnico-material oferecida pela União Soviética com uma tentativa de imposição de controle do país sobre os demais. Diversas foram as interações entre o Bloco e a URSS, indo de uma visão mais cooperativa, e por vezes submissa, até posições antagônicas como já ressaltado no presente trabalho (COMECON, 1962; VOROB'EV, 1975).

A institucionalização do COMECON teve grande impacto no *modus operandi* da instituição no passar das décadas. O órgão foi criado, por um lado, como ferramenta de auxílio pela qual técnicos soviéticos poderiam oferecer ajuda, tanto técnica quanto material, na construção de economias socialistas dos países da Europa Oriental (COMECON, 1962; JUBRAN, 2015) e, por outro, como mecanismo pela qual a URSS poderia cobrar reparações de guerra dos países que lutaram ao lado do Eixo, iniciativa logo abandonada em prol da cooperação econômica e industrialização dos países do Bloco (JUBRAN, 2015; DRAGOMIR, 2014).

Os pilares basilares defendidos dentro do COMECON, em especial pelos países mais autonomistas, foram o de cooperação dos países com mais recursos para com os menores países, além do compartilhamento de tecnologia, a integração

e a especialização produtiva dentro dos setores econômicos e, principalmente, o respeito à soberania (KOZLOV; LIFSHITS; KHAKIMOV, 1974; VOROB'EV, 1975). Tendo a Romênia e a Tchecoslováquia como principais defensores, a autonomia decisória dos Estados participantes foi de vital importância dentro do órgão quanto à especialização produtiva. O princípio era de que investimentos, formulação de planos quinquenais, acordos bilaterais e acordos multilaterais deveriam ser aprovados por todas as partes envolvidas, não permitindo a criação de medidas vinculantes. Essa tese ia contra a tentativa soviética, em especial após a fundação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1957, de reestruturação do COMECON, com os Estados-parte perdendo autonomia decisória em prol da integração econômico-produtiva supranacional (JUBRAN, 2015).

A organização passou por diversas fases ao longo de sua história e as divisões temporais das mesmas não são unânimes. Para a análise utilizaremos a divisão feita por Bruno Jurman, na qual o autor se refere a uma primeira fase indo da fundação do COMECON em 1949 até a morte de Stalin, período marcado por uma baixa institucionalização, sem estatuto formal, na qual a organização serviu como instituto formal de cooperação⁷, formalização do comércio entre os países socialistas e meio de uniformização de procedimentos e formulação de planos quinquenais (JURBAN, 2015). Não explicitado pelo autor, o período foi marcado pela fragilidade econômica da União Soviética advinda da guerra e a necessidade de sua reconstrução (VISENTINI, 2017), garantindo pouca dinamicidade para robustecer a organização internacional.

O segundo período compreende a transição do governo Stalin para o governo Krushev, entre 1956-1962, na qual a União Soviética já se consolida internamente e passa a reagir aos programas ocidentais, como representado pela criação da CEE em 1957. Formaliza-se o estatuto do COMECON em 1959 e criam-se comissões específicas para cada setor econômico visando uma maior cooperação internacional no seu desenvolvimento. Também são lançados os “Princípios Básicos da Divisão Internacional do Trabalho”, documento que sintetiza os objetivos da cooperação econômica socialista:

7 Cabe ressaltar que as deliberações obtidas nas sessões do Conselho Executivo do COMECON, órgão mais alto na hierarquia da instituição, deveriam passar por consenso das partes mencionadas para possuírem validade, não havendo a possibilidade de um Estado tomar uma medida unilateral.

A comunidade dos países socialistas está realizando seus objetivos por meio da cooperação compreensiva nos âmbitos político, econômico e cultural. Para este fim, todos os Estados socialistas são firmemente guiados pelos princípios da total igualdade, respeito mútuo pela independência e pela soberania, assistência mútua fraternal, e benefícios recíprocos. No campo socialista, nenhum país tem, ou pode ter, qualquer direito ou privilégio especial. (COMECON, 1962).

Como demonstrado no trecho acima, havia igualdade formal no tratamento das questões dentro do COMECON, gerando uma incapacidade de vinculação de decisões sobre Estados-parte que não aceitassem voluntariamente aos acordos (COMECON, 1962). Isso não significa que não houvesse uma estrutura de poder assimétrica dentro da instituição, tendo Moscou exercido papel central no órgão tanto pela preponderância política do país no Sistema Internacional quanto pela sua preponderância econômica dentre os Estados socialistas. Tal assimetria, no entanto, tinha na equidade formal um freio pelo qual países podiam manobrar e, em alguns casos, barrar a aprovação de iniciativas soviéticas (MORTIMER, 1991).

Se no período Krushev ocorre uma transição de um modelo formalista e pouco prático para um modelo mais dinâmico e material, é a partir de 1962 que a organização irá se institucionalizar e se consolidar no mundo socialista e no Sistema Internacional como um todo. Foi criado o Banco Internacional para Cooperação Econômica (BICE), e organizações setoriais intergovernamentais, caso da Intermetall, focada na cooperação e integração produtiva no setor de siderurgia (JURBAN, 2015). O último período vai de 1985-1991 e é marcado pela desestruturação do COMECON conforme o governo Gorbachev se retraía internacionalmente e também pelo colapso do Bloco Socialista, levando ao fim da instituição em 1991.

Como apresentado, observa-se que havia, apesar das fases, uma genuína experiência de cooperação e integração (mesmo que esta palavra não tenha sido utilizada até a terceira fase histórica da organização) entre os países socialistas. Na próxima seção, buscaremos analisar alguns aspectos que apresentam os padrões de interação entre os países do Bloco, buscando demonstrar como o COMECON impactou a estruturação econômica dentro do Bloco Socialista a partir do caso da Romênia e da Polônia.

3.3 O Caso Romeno

Utilizamos o caso romeno devido ao papel destacado que o país teve dentro do Bloco Socialista. Ao mesmo tempo em que o país adotou certas estruturas sociais semelhantes à URSS, especialmente dentro do partido e nos mecanismos de repressão, também adotou uma política combativa, e por vezes solitária, ao hegemonismo soviético dentro do COMECON e na estruturação dos laços econômicos socialistas (MURESAN, 2008).

Durante as primeiras duas décadas de existência do COMECON, o país obteve o mais rápido crescimento industrial dentre os países da Europa Oriental, focando nos setores de siderurgia, produção de maquinário e no setor químico. Nota-se que, justamente no período em que o COMECON atuou de maneira mais tímida e no qual a União Soviética lutava para superar os desafios deixados pela guerra, a Romênia obteve grandes êxitos na modernização da sua economia e da sua sociedade, ainda que com discrepâncias na produção de bens de consumo (CROWTHER, 1988).

O levante húngaro de 1956 por melhorias nas condições de vida atraiu a atenção dos dirigentes romenos que reduziram os investimentos na indústria pesada em prol de uma política de aumento salarial, elevando os salários gerais em 15%, e melhoria da qualidade de vida da população. A consolidação da ordem quando da intervenção soviética fez o governo romeno voltar à estratégia de industrialização acelerada aos moldes stalinistas. Alguns autores citam que entre o período de 1950 e 1965 a produção industrial aumentou em mais de 600%, números impressionantes mesmo entre os países socialistas. Técnicos soviéticos e a cooperação do COMECON auxiliaram na instalação de parte do parque industrial romeno, mas as iniciativas soviéticas propunham a manutenção de certa hierarquização industrial dentro do Bloco, tendo a Alemanha Oriental e a Tchecoslováquia, zonas já industrializadas ou com histórico industrial, privilégio frente a zonas menos desenvolvidas, caso da Romênia (CROWTHER, 1988; DRAGOMIR, 2012).

O interesse romeno na criação do COMECON advém justamente dessa posição de subdesenvolvimento. O país necessitava de maquinário e insumos processados para garantir seu processo de industrialização, necessitando exportar bens agrícolas e materiais não processados, com ênfase no petróleo, para sustentar

o crescimento. Precedente a criação do COMECON, o comércio exterior romeno era qualitativamente parecido com o dos países da periferia capitalista em relação ao centro, vendendo produtos de baixo valor agregado para importar itens de muito valor agregado. A criação da instituição permite a estruturação de linhas de comércio mais igualitárias entre os países membros, com menor discrepância entre o valor dos produtos, além de permitir abertura de linhas de crédito para a realização do comércio, gerando assim o interesse e o protagonismo romeno na sua criação (DRAGOMIR, 2012).

A criação do COMECON, no entanto, não solucionou os problemas referentes à obtenção de tecnologia e maquinário para a indústria romena. Como explicita Dragomir (2012), os “líderes romenos também lamentam que a URSS, Tchecoslováquia, Polônia e Hungria não possam satisfazer as demandas romenas por maquinário em sua totalidade devido ‘aos seus próprios planos. Então devemos buscar [esses bens] no Oeste’”. (DRAGOMIR, 2012, p.46-47, tradução nossa).

Gheorghiu-Dej ressaltou que havia pouca cooperação entre os países da Europa do Leste entre si, devido, por um lado, ao Ocidente que, tentando provocar a defecção dos países socialistas, importava os bens industrializados da Alemanha e da Tchecoslováquia e, por outro lado, à União Soviética, que mantinha pressão para a manutenção do *status quo* intra-Bloco, inviabilizando os acordos bilaterais entre os países socialistas. A multilateralização do debate limitaria o comércio dos países do COMECON com o mundo externo, dando preferência para a cooperação com parceiros socialistas, e também diluía o poder que a União Soviética exercia sobre os países individualmente (CROWTHER, 1988; DRAGOMIR, 2012; MURESAN, 2008).

A cooperação dentro do COMECON, contudo, nunca deixou de ter caráter pragmático, na medida em que o país não assinava acordos e diretrizes, diversas vezes unilateralmente e sem suporte, não sendo, portanto, vinculado a tais decisões. O foco na indústria pesada, em especial na siderurgia e na indústria química, permaneceu constante pela maior parte do período de funcionamento do COMECON (MURESAN, 2008).

O papel diferenciado da Romênia dentro da lógica do sistema socialista recorrentemente ganha destaque pela literatura. O país possui um governo com

autonomia de ação e com linhas políticas que destoavam dos demais, tendo tido resultados diferenciados em diversos setores. Por possuir reservas de petróleo importantes, o país firmou acordos com a URSS e demais países na área petroquímica, colaborou com diversos empreendimentos conjuntos de fornecimento de materiais químicos para fertilizantes e na construção de maquinário; entretanto, foi no setor siderúrgico, estratégico na visão da governança romena, que a autonomia se exerceu de maneira mais completa (PETRESCU, 2005; CROWTHER, 1988).

A “maior parte dos grandes empreendimentos metalúrgicos dos países do COMECON foram planejados pela URSS, construídos com ajuda de especialistas soviéticos, e em um grau considerável por equipamento soviético”. (KOZLOV; LIFSHITS; KHAKIMOV, 1974, p.43). Essa visão de autores de dentro do regime soviético é contrastada por estudos posteriores que demonstram que o parque industrial de Galati, distrito romeno, conhecido como Galati Works, não só contou com pouco apoio soviético, mas também sofreu resistência na sua implementação, não tendo recebido equipamento soviético (CROWTHER, 1988).

A construção do grande complexo industrial foi levada a cabo com apoio chinês, tanto político como material, e importações vindas do Ocidente. Mas foi a partir do esforço nacional que o projeto ganhou maior força, com o uso de propaganda e da visão de que era um projeto de autonomia e determinismo da nação, obtendo status de meta nacional e envolvendo grandes setores da população na sua execução. No mesmo período, ambos os governos, da Romênia e da União Soviética, entraram em confronto nas instâncias de órgãos socialistas tendo as teses sobre a integração e a cooperação socialistas como cerne do debate. O papel da URSS nas importações Romanas caiu de 57,7% em 1958 para 37,7% em 1964, ao passo que as importações do Ocidente subiram de 21.5% para 39.9% no mesmo período (CROWTHER, 1988).

3.4 O Caso Polônês

A Polônia do período pré-guerra era um país relativamente aberto ao Ocidente e com grandes volumes de comércio com o mesmo, tendo um perfil pouco inclinado tanto ao Eixo quanto à União Soviética. O progresso bélico, a ocupação soviética e a reconstrução nacional geraram rupturas de padrões prévios

de política externa e de modelos de sociedade. O país, no entanto, manteve certas características próprias dentro do Bloco, como uma economia fortemente descentralizada e um modelo político menos alinhado ao modelo stalinista (FISCHER; GELB, 1991).

A Polônia, assim como a Romênia e os demais países socialistas, passou a maior parte do século XX sob análise do Ocidente, que identificava no país um espelho soviético, com a maior parte das decisões políticas sendo tomadas em Moscou, não em Varsóvia. Essa análise é identificada em relatórios e estudos de caso elaborados pelo governo norte-americano na época, que demonstram que:

Nos anos pós-guerra, todos os Estados da Europa Oriental, incluindo a Polônia, adotaram fundamentalmente uma estratégia de desenvolvimento “voltada para dentro”, seguindo o modelo soviético de industrialização acelerada e coletivização da agricultura. Os planejadores pretendiam impor altas taxas de crescimento e atingir um alto grau de autossuficiência. Tendências autárquicas fortes foram modificadas somente pela mudança de requerimento para importação [de produtos] da União Soviética e por acordos de especialização internamente à COMECON; esses acordos eram limitados, contudo, pela insulação dos acordos aos fatores de lucratividade real e à [os princípios de] vantagem comparada. (USA, 2018, p. 1, tradução nossa).

O fim da Guerra Fria pareceu engendrar novas teses de pesquisa, muitas delas revendo teorias tidas como óbvias durante o período anterior. Como já demonstrado no caso Romeno, o alinhamento às posições soviéticas não era automático e havia espaço para a articulação entre os países do Bloco Socialista sem passar necessariamente pelo centro do Bloco. O período da Polônia socialista é um período de reafirmação como nação e de demonstração de autonomia, ainda que por muitas vezes limitada (VALENTA, 1982).

O território polonês foi, por séculos, meio de contato entre russos e alemães, ainda que esta seja apenas uma parte do contexto geoestratégico do país no pós-Segunda Guerra Mundial. Grande parte da infraestrutura que conecta a União Soviética ao centro da Europa, isto é, à Alemanha, passa por território polonês. Ferrovias, oleodutos e gasodutos foram construídos no país para levar os recursos energéticos da União Soviética ao centro europeu. Mesmo não possuindo

reservas importantes de gás e petróleo, o país possuía capacidade de refino além das necessidades nacionais, sendo um dos principais centros de refino do petróleo vindo do Oriente Médio em direção à Europa Oriental (PARK, 1977).

A economia polonesa era dependente do comércio externo de maneira pouco similar à soviética. Enquanto que para esta o comércio externo representava pouco mais de 7% do Produto Nacional, para aquela era cerca de 25%⁸, ambos valores em 1962. A necessidade de importação de recursos energéticos, em especial o petróleo, permitia um grande poder de barganha soviético no país (WILCZYNSKI, 2008).

A criação do COMECON aumentou a importância do setor externo no Produto Nacional polonês, tanto quantitativamente, pelo aumento do comércio e investimentos recíprocos, quanto qualitativamente pelo desenvolvimento da indústria especializada no país. A maior parte da indústria foi desmantelada ou destruída pelo Eixo quando da retirada contra o Exército Vermelho e a maior parte teve de ser reconstruída do zero, contando com suporte soviético. A estrutura de comércio de longo prazo e estável criada pelo COMECON permitiu que os países do Bloco se especializassem com baixos riscos. A polônia tornou-se grande fornecedora de motores, navios e veículos, tanto automóveis quanto vagões e locomotivas (KOZLOV; LIFSHITS; KHAKIMOV, 1974).

A estrutura de comércio criada entre a Polônia e a URSS foi caracterizada por um padrão de exportação de bens manufaturados para a URSS em troca de produtos primários. Os principais bens importados durante a maior parte do período de existência do COMECON foram derivados do petróleo e gás, fósforo, enxofre e outros produtos para fertilização, ferro não processado e outros bens primários. Já a pauta exportadora tinha grande presença dos estaleiros poloneses, herdados do período entreguerras e expandidos na Guerra Fria, maquinário, motores e equipamento industrial, em especial no setor químico (ibidem).

Ao contrário da Romênia e do sul da Europa Oriental, a Polônia se integrou nas cadeias produtivas do COMECON em uma posição intermediária. A produtividade industrial per capita era cerca de metade da alemã e da tcheca, mas

⁸ Vale ressaltar que outros países do Bloco possuíam índices ainda mais elevados, caso da Hungria na qual o setor, à mesma época, correspondia a 60% da renda nacional (WILCZYNSKI, 2008).

praticamente o dobro da romena e da búlgara (WILCZYNSKI, 2008). A criação do Gasoduto de Druzhba, ligando as reservas de gás da Sibéria até a Alemanha, passando pela Polônia, permitiu a integração do país no comércio internacional de energia, a posição de trânsito dos recursos se mantém ainda hoje. O desenvolvimento endógeno de maquinário, especializado na construção e ferramentas, permitiu ao país se integrar na produção de equipamento não apenas petroquímico, mas de tecnologias similares, tais como a indústria química, o processamento de resíduos e a indústria de materiais (KOZLOV; LIFSHITS; KHAKIMOV, 1974).

Embora a União Soviética fosse o principal parceiro da Polônia, outros países do Bloco também possuíam setores importantes para a integração econômica do país. O comércio entre estes países parecia, no entanto, adequar-se a uma lógica que seguia as diferenças de produtividade entre os mesmos. O comércio polaco-tcheco era marcado pela importação de equipamentos e materiais sofisticados pela Polônia e a exportação de fertilizantes, produtos pouco processados como enxofre ou combustíveis, ao passo que o comércio com a Hungria envolvia a produção conjunta de automóveis. Com a Bulgária a lógica se invertia, havendo exportação de bens industrializados em troca de bens agrícolas (*ibidem*).

O Ocidente teve menor papel quando se trata do manejo polonês dentro do Bloco, tendo pouca autonomia para fazer tratados e acordos bilaterais. A principal interação viria a acontecer no final da Guerra Fria quando do endividamento generalizado dos países do Bloco com bancos ocidentais, possuindo para tanto o aval soviético, tácito ou explícito. Alguns acordos de menor expressão ocorreram principalmente no setor naval, garantindo reservas, ainda que insuficientes, de moeda conversível internacional para o país (WILCZYNSKI, 2008).

Houve cooperação técnica entre a Polônia e os demais países do Bloco em alguns setores econômicos específicos mas, dada a proximidade com os centros industriais soviéticos e a importância da região para a estratégia de defesa e desenvolvimento deste país, as parcerias via de regra se concretizavam com a URSS. Os principais setores de cooperação foram os já mencionados setores de transportes e construção de maquinário industrial, mas também houve cerca cooperação nos ramos de metalurgia, principalmente com a Tchecoslováquia, e na produção de

carvão, com a Tchecoslováquia e com a Alemanha Oriental (KOZLOV; LIFSHITS; KHAKIMOV, 1974).

4 Considerações Finais

Enquanto que certos aspectos da Divisão – tanto Nacional quanto Internacional – do Trabalho no Bloco Socialista são inéditos e exclusivos às economias socialistas, outros aspectos ainda estão de acordo com a dinâmica da divisão do Bloco Capitalista. Essa diferenciação qualitativa entre as Divisões do Trabalho se encontram principalmente no caráter mais horizontal do Bloco Socialista, qual é evidenciado na atuação do COMECON, e no alto grau de autonomia dos ministérios e departamentos, no caso da economia soviética. Ainda mais, as políticas de incentivo e subsídio que fogem à lógica de lucratividade e necessidade de maximização dos ganhos garantiu à URSS uma rápida industrialização (NOVE, 1992; SEGRILLO, 2000) e ao Bloco Socialista uma capacidade de competição no Sistema Internacional (KOZLOV; LIFSHITS; KHAKIMOV, 1974).

Quanto à atuação da União Soviética internacionalmente, principalmente por intermédio do COMECON, vê-se como a URSS se utilizou dos subsídios como ferramenta para angariar apoio político dentro do Bloco. Enquanto que a Romênia utilizou-se do COMECON para seguir um caminho autonomista em prol do seu desenvolvimento industrial, a Polônia se viu mais integrada à URSS depois do aumento do seu comércio externo pós-1950.

Já em relação ao papel do COMECON, a cláusula que prevê a necessidade de consenso nas suas atuações diluiu o poder da União Soviética dentro do Bloco, forçando-a a angariar o apoio através da política de subsídios e transferência de recursos e tecnologia. Essa maior horizontalidade na atuação dentro do Bloco Socialista configurava-se como a maior diferenciação entre os modelos de DIT capitalista e socialista; enquanto o primeiro é altamente sectarizado, com uma economia periférica e uma forte economia central, a DIT socialista encontra-se em um cenário institucional mais igualitário e no qual os menores Estados encontram possibilidade de negociação e conseguem apoio da União Soviética.

The International Division of Labour in the Socialist Field: Myth, Reality and the role of COMECON

ABSTRACT: This article is about the building of the International Division of Labour inside the Eastern Bloc and also inside the Soviet Union. There are many questions about which was the role of the USSR in the planning of the Socialist Field economy and how much autonomy these States had in their own economic development. Built differently from the Capitalist Division, the Eastern Division of Labour was more horizontal and granted some degree of freedom for the least developed States. COMECON had a strong role in the structuring of this Division, mainly because of the consensus clause in its decisions, which provided greater autonomy to the States of the Eastern Bloc.

KEYWORDS: Division of Labour; COMECON; USSR; Economic Integration.

Referências

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (Org.). *UMA LONGA TRANSIÇÃO: Vinte Anos de Transformações na Rússia*. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/livro_russia.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

AZAROV, T. Problems in Coordinating the Scientific and Technical Research of Comecon Countries. *Problems in Economics*, 1965 v.7, n. 9, 47-52.

BLAZYCA, George. Comecon and the Polish Crisis. *The World Today*, 1981, v.37, n.10, 375-379.

BRITES, Alessandra Scangarelli. *A Política Externa Soviética e seus Impactos nas Relações Internacionais (1917-1985)*. 2012. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BRZEZINSKI, Z. K. *The Soviet Bloc: Unity and Conflict*. New York: Frederick A. Praeger Publishers, 1961.

BOGOMOLOV, B.. Economic Cooperation among the Comecon Countries. *Problems in Economics*, 1965, v.7, n. 9, 39-46.

CARR, E. H. *A History of Soviet Russia: The Bolshevik Revolution, 1917-1923: Volume 2*. London: Macmillan, 1952.

COMECON. *The Basic Principles of the International Socialist Division of Labor*. 1962.

CROWTHER, William E. *The Political Economy of Romanian Socialism*. Editora Praeger, 1988.

CURTIS, Gleen E. *Russia: A Country Study*. Washington: Library of Congress. 1996.

DRAGOMIR, Elena. *The creation of the Council for Mutual Economic Assistance as seen from the Romanian archives*. Historical Research, Londres, v. 88, n. 240, p.355-379, 30 set. 2014. Wiley-Blackwell. <http://dx.doi.org/10.1111/1468-2281.12083>.

DRAGOMIR, E.. The Formation of the Soviet Bloc's Council for Mutual Economic Assistance: Romania's Involvement. *Journal of Cold War Studies*, 2012, v.14, n.1, 34-47. Disponível em: <http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/JCWS_a_00190#.VWYvT0Z4Z81>. Acesso em: 27 mai. 2015.

EHRlich, Éva; RÉVÉSZ, Gábor. *Coming in from the Cold: The Hungarian Economy in the 20th Century*. 2000. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/iwe/workpr/109.html>>. Acesso em: 21 out. 2017.

FISCHER, Stanley; Alan Gelb. 1991. The Process of Socialist Economic Transformation. *Journal of Economic Perspectives*, v.5, n.4, 91-105.

IOFFE, O. MAGGS, P. B. *The Soviet Economic System: a Legal Analysis*. Boulder: Westview Press, 1987.

JUBRAN, Bruno Mariotto. *A política externa soviética e seus desígnios econômicos: O caso do Comecon*. In: 5º ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2015, Belo Horizonte. Belo Horizonte: Abril, 2015.

KOZLOV, I.; LIFSHITS, A.; KHAKIMOV, V.. Collaboration of Comecon Countries in the Key Branches of Industry. *Problems In Economics*, Tallahassee, v. 17, n. 5, p.20-38, nov. 1974.

MORTIMER, Louis R. *Soviet Union: A Country Study*. Washington: Library of Congress. 2a ed, 1991.

MURESAN, Maria. Romania's Integration in COMECON: The Analysis of a Failure. *The Romanian Economic Journal*, 2008, v. 11, n.30, 27-58.

NOVE, A. *An Economic History of the USSR: 1917-1991*. London: Allen Lane The Penguin Press, 1992.

PARK, John Daniel. *The Oil and Gas Industries of the Soviet Union and Eastern Europe in Relation to the Comecon Energy Balance and the world petroleum market*. Tese de Doutorado: Universidade de Glasgow, 1977.

PETRESCU, Cristina; PETRESCU, Dragoș. Resistance and Dissent under Communism: The Case of Romania. In: HEYDEMANN, Günther (Ed.). *Totalitarismus und Demokratie*. 2. ed. Dresden: The Hannah Arendt Institute For The Research On Totalitarianism, 2005. p. 323-346.

SEGRILLO, Angelo. O Declínio da URSS: Um estudo das Causas. Rio de Janeiro: Record, 2000.USA. *Poland: The Economy Under Communism*. The Library of Congress, 2018 Disponível em: <<http://countrystudies.us/poland/49.htm>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

VALENTA, Jiri.. “Normalization”? *The Soviet Union and Poland*. The Washington Quarterly, 1982, v.5, n.4, 105-119.

VISENTINI, Paulo Fagundes et al. *Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, Experiências e Impacto Internacional*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *Os Paradoxos da Revolução Russa: Ascensão e Queda do Socialismo Soviético (1917-1991)*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

VOROB'EV, V.A.. *A Comprehensive Program of Socialist Economic Integration and the International Investment Bank*. *Problems in Economics*, 1975, v.18, n. 8, 56-69.

WILCZYNSKI, J. Comecon: Success or Failure?. *Australian Outlook*, 2008, v.19, n.1, 47-61.